
Uma análise de charges do *Jornal Sem Terra* sobre os impasses da questão agrária no primeiro mandato do governo Lula ¹

Camila Coelho ALVES ²

Rozinaldo Antonio MIANI ³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

Resumo

Desde o período da colonização, a questão fundiária no Brasil se constitui como uma das mais difíceis questões econômica e social, principalmente, em razão dos processos de concentração de terras que marcaram a nossa história. O tema da reforma agrária é uma demanda da sociedade brasileira desde os primeiros tempos da República e, com o governo Lula, havia uma expectativa de que essa demanda social mudasse de patamar e atendesse, ao menos em parte, aos interesses dos setores populares do campo; porém, não foi isso o que aconteceu. Nesse sentido, este artigo pretende analisar as produções chárgicas do *Jornal Sem Terra* do MST, durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) com vistas a verificar as contradições entre o discurso de campanha e as atitudes propriamente ditas desenvolvidas pelo respectivo governo.

Palavras-chave: Governo Lula; questão agrária; *Jornal Sem Terra*; charge.

1. Panorama histórico da questão de terras no Brasil

A questão da estrutura fundiária no Brasil é um problema secular. Desde a colonização portuguesa no século XVI o país enfrenta inúmeras contradições em razão da perversa concentração da propriedade de terras. De acordo com Ariovaldo Umbelino Oliveira (2010), “o desenvolvimento capitalista moderno no Brasil se faz de forma desigual e contraditória [...] e tem em sua raiz o caráter rentista”. Logo, partindo dessa premissa, Oliveira constata que “no Brasil, a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e, portanto, do capital.” (OLIVEIRA, 2010, p.287). As classes dominantes, com capacidade de investimento e concentração de renda, mantêm - por meio de formas legais ou ilegais -, enormes latifúndios, concentrando de forma desigual as terras e as riquezas em uma pequena parcela da população.

¹ Trabalho apresentado no IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior - XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do 3º ano do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: cacoelhoalves@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL/PR). E-mail: mianirozinaldo@gmail.com

A divisão da área territorial do Brasil já existia com os povos indígenas que aqui residiam antes da colonização de Portugal. Porém, coube à invasão portuguesa dividir o território de acordo com os interesses da Coroa Portuguesa; as faixas de terra consideradas rentáveis, produtivas e/ou lucrativas - as chamadas sesmarias - foram colocadas nas mãos dos exploradores colonialistas, com a economia extrativista sendo o principal foco. Após esse regime ser extinto, em 1822, em decorrência da Independência do Brasil, a instância de legitimação que reconhecia a posse de território mudou, surgindo as elites agrárias - os fazendeiros que eram donos das antigas sesmarias -, constituindo uma “burguesia latifundiária” com enormes extensões de terra que não queria sua desapropriação.

Após a vinda da Família Real ao Brasil em 1808, e a conseqüentemente abertura dos portos, a indústria colonial sofreu um colapso, pois ela não tinha condições de concorrer com os produtos importados, que tinham facilidades alfandegárias - isso porque os proprietários rurais se opunham ao fim do tráfico escravocrata, logo, não havia mercado consumidor, fazendo com que as dívidas do país aumentassem, pois os preços caíam. Por conseguinte, o tipo de produção do país sofreu intensas mudanças. Segundo Caio Prado Júnior (1993), durante o Segundo Reinado (1840-1889) houve uma verdadeira revolução no âmbito das atividades produtivas no Brasil. Houve a queda das lavouras tradicionais (cana, algodão, tabaco) paralelamente ao desenvolvimento de uma até então com pouca importância, a saber, o café. A partir desse marco, se desenvolveu uma consciência antiescravista graças à pressão inglesa pós-revolução industrial e seu crescente interesse em mercados consumidores.

Dessa forma, em 1850 ocorreu a proibição do tráfico escravocrata, trazendo como consequência um incentivo à imigração. No entanto, as elites cafeeiras - não querendo perder suas terras para os imigrantes e antigos escravos - pressionaram o Estado, acarretando na criação da Lei de Terras.

A Lei nº 601, de 18/09/1850, conhecida como Lei de Terras, atuou como marco jurídico de constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil e, é óbvio, da transformação da terra em mercadoria, que a partir de então somente pode ser obtida por compra e venda (OLIVEIRA, 2010, p.293).

Por sua vez, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) considera a Lei de Terras como a origem da perversa concentração fundiária brasileira. Em sua página oficial na internet, o MST apresenta sua análise a respeito da Lei:

Em 1850, mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, o Império decretou a lei conhecida como Lei de Terras, que consolidou a perversa concentração fundiária. É nela que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras - ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada - que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos (MST, 2018).

Aqueles que não tinham possibilidade de obter a terra por meio da compra eram rechaçados dessa política. De acordo com José de Souza Martins (*apud* OLIVEIRA, 2010) a forma de exploração do trabalho de forma legítima no país era a escravidão negra ou os bastardos que não possuíam sangue ‘limpo’, os mestiços de brancos e índias. Esses não possuíam direito à herança, sendo excluídos da economia escravocrata e sendo impedidos de possuir sua propriedade - por determinação da Lei de Terras -, tornando-os, assim, os primeiros posseiros, sendo obrigados a ocupar espaços por não terem lugar permanente e seguro para ficar.

Desde esse período, os posseiros eram malvistas e perseguidos pelos senhores de terra. Martins explica que a Lei de Terras instituiu no Brasil o chamado cativo da terra:

[...] aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas. [...] concretamente, a implantação da legislação territorial representou uma vitória dos grandes fazendeiros, já que essa não era a única categoria social a preocupar-se com a questão fundiária. De outro lado, havia os que advogavam um regime de terras livres que desse lugar, no Brasil, ao aparecimento de uma classe média de camponeses livres que quebrasse a estrutura social escravista e descaracterizasse os fazendeiros como senhores de escravos e terras, para fazê-los fundamentalmente burgueses e empresários [...] por isso, a classe dominante instituiu no Brasil o cativo da terra, como forma de subjugar o trabalho dos homens livres que fossem atraídos para o país, como de fato o seriam às centenas de milhares até as primeiras décadas do nosso século [XX]. No processo de substituição do trabalho escravo, a nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários (MARTINS *apud* OLIVEIRA, 2010, p.294).

Em suma, desde aquele período, a terra tem sido motivo de desigualdades e antagonismos no país. A perspectiva de uma reforma agrária e o desmanche do paradigma capitalista sempre foi quase irrisório. A aproximação estadunidense com o Brasil acarretou em uma abertura política e um alinhamento cada vez mais forte com o país. A junção de latifundiários e capitalistas em uma só figura realçou ainda mais a questão de desigualdade brasileira e todo aquele que planejasse ir contra os interesses dessa classe - como, por exemplo, o último presidente antes da ditadura civil-militar, João Goulart, com suas reformas de base na área tributária, educacional e agrária - era logo removido da cena política (com o apoio norte americano).

Apesar disso, foi durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) que houve uma mudança importante na organização da questão agrária no Brasil. De acordo com Oliveira,

[...] com a ditadura militar, a luta pela reforma agrária foi de fato abortada, embora tenha sido o primeiro ditador a sancionar o Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504 de 30/11/1964, que regula a reforma agrária no país. Mas ela foi sancionada para não ser implantada, como garantiram os militares aos deputados e senadores na época (OLIVEIRA, 2010, p.295).

A ditadura no Brasil se estendeu por mais de duas décadas, com estagnações nos campos sociais, retrocesso no âmbito político e democrático e total falta de investimento no quesito de reformas populares e/ou legalização de movimentos sociais. Após anos de repressão, a abertura política se deu de forma lenta, o que levou a uma insatisfação cada vez maior por parte da população, desejosa por mudanças e por democracia.

Foi nesse contexto que surgiu a figura do operário metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva como grande liderança política dos trabalhadores, juntamente com outros notórios dirigentes sindicais: “[...] cedo despontariam como lideranças de um partido distinto e específico, de trabalhadores, para se opor à tradição de partidos que pretendiam falar em nome e pelos trabalhadores” (AARÃO REIS, 2007, p.2). Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores (PT) - fundado em 10 de fevereiro de 1980 por sindicalistas, militantes socialistas (marxistas, leninistas, trotskistas) e militantes cristãos -, se constituiu a partir de ideais populares, defendendo as classes trabalhadoras do país, do campo e da cidade. A esse respeito, afirma Daniel Aarão Reis:

[...] a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária, enunciada, e anunciada, desde o Manifesto Comunista de K. Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários. Um partido *independente* do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças *burguesas*, que sempre haviam dominado o jogo político nacional [...] (AARÃO REIS, 2007, p.2, *grifos do autor*).

2. Apontamentos sobre o MST e o governo Lula

Ao analisar as estatísticas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) acerca da estrutura fundiária no Brasil, Oliveira (2010) constata que, com o passar dos anos e a consequente modernização na agricultura, ocorreu uma crescente concentração fundiária.

[...] entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Cabe destacar também que, embora o número total das grandes propriedades praticamente não tenha se alterado, a área ocupada por elas cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade de terra no Brasil (OLIVEIRA, 2010, p.297).

Nessa conjuntura foi oficializado, em 1984 em Cascavel (PR), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de um movimento de ativismo político e social no campo, de inspiração marxista, que nasceu como oposição ao modelo da reforma agrária imposto na ditadura civil-militar (focado na política de terras públicas devolutas) assumindo três grandes objetivos: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2018). E segue o texto oficial do MST:

A ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura. O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses. Por um lado - assim como todo o povo brasileiro - os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura (MST, 2018).

Ainda em 1984, o movimento pelas ‘Diretas Já’ despontava como um processo de luta popular por eleições diretas e imediatas, um respiro para a população que havia passado mais de duas décadas sem poder eleger seu presidente de maneira democrática. Além disso, abria-se uma expectativa pela possibilidade de estabelecer uma reforma agrária a partir das lutas impulsionadas pelo Partido dos Trabalhadores e pelo MST. Porém, o governo Sarney frustrou todas as expectativas e nem mesmo a Assembleia Nacional Constituinte conseguiu garantir na nova Constituição de 1988 a realização da reforma agrária como um preceito constitucional.

Para suceder o governo Sarney (1985-1990), Lula participou, em 1989, de sua primeira eleição à Presidência da República do Brasil, perdendo para Fernando Collor de Melo. Tanto Collor quanto seus sucessores - Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que venceu Lula em duas eleições presidenciais consecutivas -, adotaram projetos neoliberais, apoiando e favorecendo, dentre outros setores, as elites agrárias do país. Somente em 2002, em sua quarta eleição para presidente, Luiz Inácio Lula da Silva venceu. De acordo com Rozinaldo Antonio Miani (2018), o PT já havia articulado um leque tão amplo de alianças políticas que até indicações inusitadas - como o empresário José Alencar ao cargo de vice-presidente - foram tomadas.

Daniel Aarão Reis (2007) afirma que Lula, para evitar uma nova derrota eleitoral e apartar a desconfiança por parte das elites (empresários, banqueiros, latifundiários etc.) tomou a atitude de se manifestar publicamente ao “Mercado”, prometendo que não faria grandes mudanças na economia brasileira. O PT havia se preparado para a campanha de 2002, moderando o discurso político de esquerda e fazendo coligações com camadas da sociedade que favorecessem a sua vitória eleitoral; a materialização de seu projeto de “conciliação de classes” se efetivou por meio da “Carta ao povo brasileiro” (SILVA, 2002) na qual Lula, recém-eleito, afirma:

O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é [...] uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. [...] Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro (SILVA, 2002, p.3).

Com essa nova política de aproximação, mas mantendo o discurso da reforma agrária, era de se esperar uma mudança concreta na redistribuição territorial do país. Porém, segundo Solange Inês Engelmann e Aldo Duran Gil (2012), o Censo Agropecuário de 2006 (último ano do primeiro mandato de Lula), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu que nos últimos vinte anos a distribuição de terras no Brasil havia permanecido praticamente inalterada. Afirmou os referidos autores:

O índice Gini, que mede o grau de desigualdade social no campo, aponta que, enquanto em 1985 a concentração de terras era de 0,857, em 2006 o índice caiu somente para 0,854. Quanto mais o coeficiente se aproxima de um, maior o grau de concentração de terra (ENGELMANN; GIL, 2012, p.1).

Laura Tavares Soares (2004) analisa as políticas do governo Lula e sua relação com os movimentos sociais e dedica uma parte específica para tratar do MST e da reforma agrária no referido governo. A autora aponta que a visão do líder nacional do MST à época, João Pedro Stédile, era negativa, criticando “a lentidão e a inoperância do governo. ‘O governo Lula não fez nada na reforma agrária até agora’, afirma Stédile em entrevista especial concedida ao jornal do *site* Terra (em 26 de setembro) [...]” (SOARES, 2004, p.16). A reforma agrária vai muito além da distribuição de terras de forma justa. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, propunha um assentamento com:

[...] adequação às necessidades regionais, construindo centros de pesquisa e de comercialização que se baseiem na tecnologia e no cooperativismo. A questão que preocupa o governo tem sido o processo de modernização do setor agrícola e o aumento da produtividade em terras antes consideradas improdutivas. Tem-se enfatizado mais a qualidade e a consolidação dos atuais assentamentos do que as metas quantitativas de curto prazo (SOARES, 2004, p.17).

Soares insere trechos de uma entrevista concedida por uma liderança feminina do MST à equipe de avaliação da conjuntura de “Outro Brasil” no mês de agosto de 2003, cujo foco central era avaliar a reforma agrária no governo Lula. “[...] ela considera que ‘não tivemos mudanças estruturais, mas é muito cedo para avaliar’” (SOARES, 2004, p.23). Ainda segundo a autora, o MST também havia identificado um conflito interno no governo Lula com a questão de recursos muito maiores ao Ministério

da Agricultura do que ao Ministério do Desenvolvimento Agrário: “o grande conflito no MST hoje é que as instâncias políticas acham que podem mudar pequenas coisas. Mas chegará o momento de definir se haverá reforma agrária massiva ou não” (SOARES, 2004, p.23).

3. O *Jornal Sem Terra* e os embates entre MST e governo Lula por meio das charges

Em 1981 surge a primeira edição do *Boletim Sem Terra*, o “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, o qual posteriormente se transformaria no *Jornal Sem Terra*. Na capa da primeira edição há uma carta publicada pelos autointitulados “colonos acampados em Ronda Alta”, que diz o seguinte:

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois trás muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nos criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer (MST, 2018).

Com a oficialização do MST em 1984 o boletim se tornou jornal. “Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos” (MST, 2018). As edições carregavam expoentes do humor gráfico por meio das charges, trazendo denúncias e analisando criticamente os vários períodos da história brasileira. A imprensa das classes subalternas carrega a visão contra-hegemônica da grande mídia, o que permite uma interpretação mais popular da situação do país no momento de sua publicação.

Para os propósitos deste artigo, selecionamos cinco charges veiculadas no *Jornal Sem Terra* durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) e iremos analisá-las com base na metodologia da análise do discurso chárstico. O foco é verificar a relação entre o MST e o presidente Lula, procurando verificar as contradições entre o discurso de campanha - favorável e defensor da reforma agrária - e suas atitudes à frente do poder Executivo brasileiro.

A primeira charge apresentada traz a imagem do presidente Lula pilotando um avião - com estrelas que simbolizam o Partido dos Trabalhadores (PT) -, no qual se vê escrito “governo popular” (figura 1). A gasolina está sendo injetada por uma bomba

onde se pode ler “movimentos sociais”. As feições de Lula aparentam simpatia e pacificidade e ele está com o polegar erguido, representando o símbolo de “joinha”, concordando com a fala do frentista (representando um trabalhador brasileiro comum, assim como todos os demais que estão atrás dele) afirmando: “sem a nossa gasolina ele não voa!...”.

FIGURA 1



Fonte: *Jornal Sem Terra*, nº 226, dezembro/2002-janeiro/2003.

Esta charge foi produzida por Márcio Baraldi e veiculada na edição de número 226, datada de dezembro/2002 - janeiro/2003, o primeiro mês de governo do presidente Lula. A charge está publicada junto ao editorial do jornal, este assinado pela Direção Nacional do MST. O posicionamento do Movimento é bem demarcado, constatando para o recém-eleito presidente que sem a força política que os movimentos sociais oferecem, o governo popular não poderia “decolar”, ou seja, não poderia dar certo.

O editorial corrobora com a visão do chargista, pois já em seu primeiro parágrafo coloca em perspectiva as escolhas de governo de Lula:

Neste seu primeiro mês, o governo Lula dedicou esforços para compor os ministérios, os cargos do primeiro escalão e as diretorias das empresas estatais. O ministério, como um todo, refletiu a política das alianças feitas durante a campanha e procurou representar todas as forças políticas que apoiaram Lula na eleição do segundo turno. Assim, temos alguns ministros ainda identificados com o mercado – com o modelo neoliberal; outros que representam os aliados que apoiaram a eleição do candidato petista, mas não se comprometem com o programa do PT; e, finalmente, há os ministros que representam as forças de esquerda do PT, preocupados em promover

as mudanças necessárias para atender às necessidades da população brasileira (DIREÇÃO NACIONAL DO MST, 2002/2003, p.2).

Perante aquele novo cenário político, havia o alerta do MST quanto às possíveis coligações que seriam apresentadas para o governo Lula:

Agora, com o governo federal disposto a fazer a Reforma Agrária, certamente o latifúndio buscará preservar seus interesses fazendo articulações com os governos estaduais conservadores e com setores do Poder Judiciário que sempre se identificaram com os que monopolizam as terras em nosso país (DIREÇÃO NACIONAL DO MST, 2002/2003, p.2).

A próxima charge a ser analisada também foi produzida por Márcio Baraldi e publicada na edição número 233 do *Jornal Sem Terra*, datada de setembro/2003 (figura 2). Nela, o presidente petista está dirigindo um trator em que está escrito “reforma agrária”. Sua feição é de preocupação e aparenta estar com dificuldades para dirigir o veículo. Enquanto isso, várias pessoas com a camiseta do Movimento Sem Terra empurram o trator enquanto dizem “mais rápido, cumpadre!”.

FIGURA 2



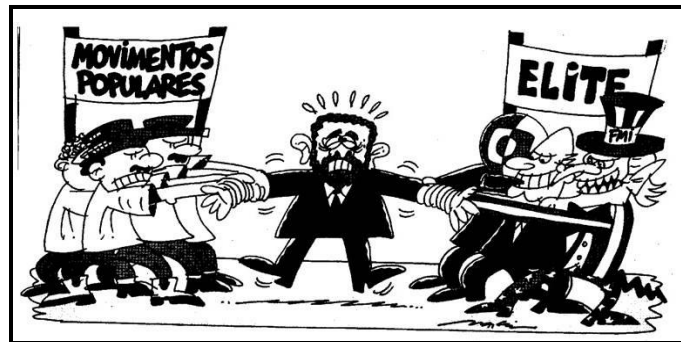
Fonte: *Jornal Sem Terra*, nº 233, setembro de 2003.

A forma de tratamento do MST para com Lula é de cumplicidade; ao chamarem-no de “cumpadre” revelam uma afinidade de ambas as partes. Porém, seus rostos revelam alguma insatisfação, corroborando com sua fala; o pedido para ir mais rápido deve ser analisado como a cobrança do movimento em relação à necessidade de agilidade na condução e no encaminhamento das ações relativas à reforma agrária. A crítica explicitada pela charge é ampliada pela Direção Nacional do MST, no editorial

da na respectiva edição do jornal, ao criticar a lentidão do Poder Judiciário na condenação dos assassinos de trabalhadores rurais, técnicos, advogados e agentes de pastorais ligados à questão da terra, enquanto, por outro lado, vem mostrando agilidade na criminalização dos movimentos sociais.

Nessa mesma perspectiva de mostrar as contradições e disputas no interior do governo Lula, na próxima charge a ser analisada - de autoria de Márcio Baraldi, publicada na edição número 240 do *Jornal Sem Terra*, datada de maio/2004 -, veremos uma representação das disputas dos diferentes setores da sociedade para direcionar o governo Lula (figura 3).

FIGURA 3



Fonte: *Jornal Sem Terra*, nº 240, maio de 2004.

Em 2004, Lula estava em seu segundo ano de mandato. A charge de Márcio Baraldi acompanha um artigo de opinião assinado por Paulo Maldos - assessor do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), em São Paulo - cuja ideia central é a crítica com relação à demora do governo em fazer alguma mudança relevante nos setores mais populares. Afirma o autor:

[...] maio chegou e nele os movimentos populares vivem momentos intensos de luta, marcados por angústias e expectativas. O transcurso do tempo já esvaiu um terço do primeiro mandato presidencial com raízes populares da história do Brasil e uma pergunta aflora nos corações e mentes: para onde vai o governo Lula? O momento da posse foi catártico: explodiram todas as esperanças de um povo sofrido, que acumula dores de 500 anos de uma história feita de violência e exclusão. Os primeiros meses foram de paciência, atendendo aos pedidos do Planalto: ‘não é possível mudar tudo de uma vez, devemos ser responsáveis, temos que arrumar a casa primeiro, temos que fortalecer as alianças, temos...’ Os movimentos das elites, do império estadunidense, da mídia, não deixaram sombra

de dúvida: trabalhavam intensamente para sufocar no nascedouro qualquer sinalização para as esperadas mudanças [...] (MALDOS, 2004, p.3).

Essa ambivalência do governo é representada na charge com o presidente Lula sendo puxado por ambos os braços por dois grupos distintos, como em um cabo de guerra: de um lado, está a representação dos movimentos populares e, do outro lado, os representantes da elite, personificados pela Rede Globo de Comunicações, por um empresário e um representante do FMI.

Essa postura do governo Lula de tentar agradar “gregos e troianos” é duramente criticada por Maldos:

O governo Lula, na alça de mira dos investidores e de suas agências ‘calculadoras do risco Brasil’, dos editorialistas da grande mídia, das instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, buscou apaziguá-los desembolsando recursos. Aos setores populares, que demonstravam o fim da paciência e o início da cobrança, também buscou tranquilizá-los, prometendo recursos. Aqui, começou a se revelar o centro da trama e a essência do drama: um Estado feito à imagem e semelhança de suas elites centenárias funciona à perfeição para garantir seus privilégios e recursos públicos. Absolutamente, não funciona para transformar compromissos com a questão social em políticas e recursos públicos disponíveis para ações concretas de governo junto à massa excluída da população. [...] A mesma onda de esperança revelada nas eleições de 2002, que colocou no governo da nação o presidente Lula, volta agora a se revelar, buscando ser atendida em suas reivindicações concretas. [...] neste momento crucial, nossa nação e nossa história voltam o olhar interrogante para o governo Lula e para toda uma geração de militantes políticos que assumiu o governo em nome da transformação da sociedade brasileira. Nas bocas e nos textos a serem escritos enuncia-se a questão fundamental: de que lado vocês estão? (MALDOS, 2004, p.3).

Márcio Baraldi também é o autor da próxima charge - publicada na edição número 253 de julho/2005 - que traz a imagem do presidente Lula segurando uma bomba de gasolina na qual está escrito “superávit primário” e onde também se pode ver a imagem de um cifrão (figura 4). A caminhonete esperando para ser abastecida está sendo dirigida por um trabalhador representando o MST - reconhecido pelo boné vermelho - e levando outros trabalhadores rurais, a constatar pelas ferramentas empunhadas - e nela está escrito “reforma agrária”. Lula aparenta surpresa ao ouvir a fala do motorista em tom de cobrança: “enche o tanque ou esse troço não anda!!!”.

FIGURA 4



Fonte: *Jornal Sem Terra*, nº 253, julho de 2005.

Esta imagem tem semelhança com a charge analisada anteriormente, publicada na edição 226 do *Jornal Sem Terra*; porém, nesse caso, a situação está invertida, ou seja, na imagem anterior era Lula que recebia combustível dos movimentos sociais enquanto nessa charge quem faz o “abastecimento” é o próprio presidente Lula. Também há um tom crítico, representado pelas feições de insatisfação dos trabalhadores e pela fala do condutor do veículo, em atitude de cobrança ao presidente.

O superávit primário escrito na bomba representa o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros. O déficit primário ocorre quando esse resultado é negativo. Ambos constituem o "resultado primário". O resultado primário é importante porque indica, segundo o Banco Central, a consistência entre as metas da política macroeconômica e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos. A formação de superávit primário serve para garantir recursos para pagar os juros da dívida pública e reduzir o endividamento do governo a médio e longo prazo.

Essa capacidade de honrar seus compromissos também é colocada em pauta na charge a seguir, de autoria de Márcio Baraldi (figura 5). Nessa charge, publicada na edição número 255 de setembro/2005, vemos três homens fazendo uma escada humana enquanto seguram um papel em que está escrito “sete compromissos” e cobram de Lula: “palavra é dívida, Lulão!”. Essa charge remete a um acordo feito quatro meses após o fim da Marcha Nacional de abril de 2005, quando o governo assinou um documento público em que reafirmava o compromisso de assentar 400 mil famílias até 2006.

FIGURA 5



Fonte: *Jornal Sem Terra*, nº 255, setembro de 2005.

O teor do documento assinado por Lula foi explicitado no editorial da mesma edição que publicou a charge:

O combinado foi que a prioridade seria das famílias acampadas, que passam por muitas dificuldades. Cerca de 140 famílias Sem Terra estão nesta situação em todo o país. Porém, em dois anos e meio, conseguiu assentar ao redor de 137 mil famílias. Nesse ano, foram assentadas apenas 10 mil famílias, sendo que, em seis Estados, nenhuma foi assentada (DIREÇÃO NACIONAL DO MST, 2005, p.2).

Apesar do tratamento informal e relativamente cordial, ao chamá-lo de “Lulão”, o contexto é de crítica ao governo em razão do não cumprimento de seus compromissos políticos e morais com o MST. Lula - que construiu sua trajetória política ligada ao movimento sindical e às lutas populares - precisou assinar um documento público que exigia o seu comprometimento com as reivindicações dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a charge revela, mais uma vez, as contradições do governo Lula em relação à questão agrária.

4. Considerações finais

Historicamente, a questão agrária no Brasil tem sido motivo de muitos e intensos embates sociais, políticos e econômicos. Desde a tentativa frustrada das reformas de base propostas pelo governo João Goulart (1961-1964), somente com o governo Lula a

sociedade brasileira criou a expectativa de que o problema da concentração de terras fosse enfrentado. Porém, o governo Lula, que havia apresentado em seu plano de governo o compromisso de levar adiante a reforma agrária, também hesitou e acabou não atendendo às expectativas dos movimentos sociais do campo, principalmente, do MST.

Nesse contexto, o MST, em seu veículo de comunicação oficial, o *Jornal Sem Terra*, pautou inúmeras vezes os embates travados com o governo Lula e, dentre as estratégias utilizadas, a charge teve destaque. Neste artigo, analisamos algumas dessas charges apresentando as contradições entre o discurso de campanha e as ações efetivas do governo Lula, durante o seu primeiro mandato. Outras charges e outros enfoques da questão agrária durante o governo Lula serão objeto de análise em futuros trabalhos.

Referências bibliográficas

AARÃO REIS, Daniel. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel (Org.). **As Esquerdas no Brasil**. Revolução e Democracia (1964...), vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. Hora de arregaçar as mangas [Editorial]. **Jornal Sem Terra**, n. 226, ano XXI, dezembro/2002-janeiro/2003, p.2.

_____. Compromissos precisam ser honrados [Editorial]. **Jornal Sem Terra**, n. 255, ano XXIV, setembro/2005, p.2.

ENGELMANN, Solange Inês; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Eletrônica do CEMOP**, n.02, setembro de 2012.

MALDOS, Paulo. O desafio da construção de um autêntico projeto nacional. **Jornal Sem Terra**, n. 240, ano XXII, maio/2004, p.3.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Um retrato dos avanços e das contradições na política de cidadania do governo lula por meio das charges na imprensa popular alternativa. **Anais**. XXVII Encontro Anual da Compós, PUC/MG, Belo Horizonte, 05 a 08 de junho de 2018.

MST. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida, et al. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, pp.287-328.

PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. 40.ed., São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em: 07/07/2018

SOARES, Laura Tavares. Políticas e movimentos sociais. SADER, Emir (Coord.). **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004, pp.11-63.